

NA CONTRAMÃO
Governo pode endurecer
licenciamento ambiental

MERCOSUL
Os dilemas do bloco
depois de 25 anos

FUNDOS DE PENSÃO
Projeto quer evitar
influência política

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 5 | Agosto 2016

REFORMA TRABALHISTA

HORA DE NEGOCIAR PARA ENFRENTAR A CRISE



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

A INDÚSTRIA
DO AMANHÃ
CAMINHA LADO
A LADO COM
O FUTURO
DO PLANETA.

Valores éticos e socioambientais começam a reorientar padrões de produção e consumo. É a cultura da Sustentabilidade transformando o ambiente de negócios. **A 5ª edição do CNI Sustentabilidade** vai reunir especialistas nacionais e internacionais para dialogar sobre como impulsionar a indústria do amanhã. **Participe.**



ENCONTROS
CNI SUSTENTABILIDADE

Biodiversidade e florestas: novos modelos
de negócios para a indústria do amanhã

Parceiro:



Correalização:



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria

Realização:



Confederação Nacional da Indústria
CNI - A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DATA: 22 de setembro de 2016

LOCAL: Hotel Sofitel – Rio de Janeiro

HORÁRIO: 8h às 17h



CARTA AO LEITOR

Como se sabe, não há mal que para sempre dure. Finalmente começam a surgir na agenda brasileira sinais de que talvez o pior das crises política e econômica tenha passado. A confiança dos agentes econômicos aponta para uma recuperação e as autoridades políticas têm feito esforços para emitir sinais de que o ambiente de negócios no país pode ter alguns incentivos. Entre eles está a reforma das relações de trabalho, tema da reportagem de capa desta edição.

Especialistas e consultores deram sua visão acerca das necessidades e dos alcances dessa reforma em entrevistas à revista *Indústria Brasileira*. Fato é que os agentes políticos devem centrar-se em pontos consensuais, que permitam avanço, e na definição de regras mais claras, que deem segurança jurídica às empresas.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho, por exemplo, chama a atenção para o papel do Poder Legislativo na definição de regras e na necessidade de cumprimento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF). Também lembra que trabalhadores e empresários são parceiros num empreendimento que precisa dar certo para assegurar salários e resultado econômico.

Esta edição também oferece um amplo panorama do debate sobre a atualização da legislação relativa ao licenciamento ambiental, discutindo a ameaça de que o Ministério do Meio Ambiente apresente proposta que endureça as regras e ponha o país na contramão do desenvolvimento. Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revela que o prazo para a obtenção das três licenças ambientais para um empreendimento tem chegado já a sete anos e parece ruim demais para piorar.

Para o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o deputado federal Marcos Montes (PSD-MG), especialistas no assunto nas respectivas Casas legislativas, um projeto que piore as condições atuais tem escassas chances de ser aprovado. Ao contrário, os parlamentares apoiam mudanças que deem viabilidade aos negócios e segurança jurídica ao investidor.

Esta edição também traz informações sobre a *Agenda Jurídica da Indústria*, faz um balanço dos 25 anos do Mercosul e trata da proposta de blindagem dos fundos de pensão contra a influência partidária nas decisões de investimentos dessas entidades.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasai; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Ayr Aliski

Beatriz Borges

Juliana Moreira

Vivaldo de Sousa

Walter Sotomayor

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmite | FSB Design

Imagem de capa

Amanda Carden

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO EXTERIOR

6



SUMÁRIO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

CHEGA DE IMPOSTO

População não tolera mais tributos

8

AGENDA JURÍDICA

CNI aponta 70 processos de interesse da indústria no STF

10

REGRAS TRIBUTÁRIAS

José Augusto Fernandes faz alerta sobre a não adoção do padrão da OCDE

12

AGENDA LEGISLATIVA

FUNDOS DE PENSÃO

Influência política pode dar lugar à profissionalização

14

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

MMA ameaça andar para trás e endurecer regras ainda mais

16

ROMERO JUCÁ

É preciso acabar com a confusão do marco legal na área do meio ambiente

20

MARCOS MONTES

Criar novas exigências seria um absurdo

22

COMPETITIVIDADE



AGENDA MEI

Reestruturação do sistema de financiamento à inovação é prioridade

24

MERCOSUL

Bloco busca acordo com o México, no marco de seus 25 anos

26

TERMÔMETRO ECONÔMICO



CAPA



GIRO BRASIL



TRABALHO

Medo do desemprego continua aumentando entre os brasileiros

30

Governo finalmente indica interesse em iniciar reforma trabalhista

34

Tocantins avalia qualidade da energia elétrica no estado

38

GIRO GLOBAL



PERGUNTAS PARA...



SESI / SENAI / IEL

ENSINO A DISTÂNCIA

SENAI amplia oferta de cursos não presenciais

44

CONTA DE LUZ

Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia auxiliam indústrias a economizar

46

Alemães elogiam sucessão no Reino Unido, mas temem impacto do Brexit

40

Presidente do TST avalia que legislação trabalhista está desatualizada

42

A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior é uma atividade essencial para o aumento da competitividade industrial e para o crescimento da economia. Seu papel ganha ainda mais relevância em momentos de restrição da demanda interna, como o que o Brasil vive hoje. Para superar a recessão, o país precisa ser bem-sucedido na tarefa de se integrar ao mercado externo, tanto elevando suas exportações como internacionalizando as operações das empresas.

No produtivo período em que passou à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o senador Armando Monteiro viabilizou importantes iniciativas para estimular o setor. Após 12 anos de discussões, finalmente foi feita a troca de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia com vistas à formalização de um acordo de livre comércio. Com os Estados Unidos, o governo começa a negociar um tratado

bilateral de convergência regulatória, abrindo caminho para a redução de barreiras técnicas a produtos brasileiros.

Também é necessário citar avanços para ampliar o acordo com o México, quintuplicando a lista de produtos, caminhando para a liberalização do comércio entre as duas maiores economias da América Latina, com potencial de ampliar em 50% as exportações brasileiras para o mercado. Além disso, firmaram-se acordos de investimento importantes com Colômbia, Peru e Chile. Com países vizinhos, houve negociações para o aperfeiçoamento de acordos com Argentina e Uruguai, especialmente no segmento automotivo.

Convidado à reunião de Diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de julho, o novo ministro encarregado do assunto, Marcos Pereira, delineou as ações que pretende implementar no órgão, agora denominado de Ministério da Indústria,

Comércio Exterior e Serviços. Ele demonstrou determinação e perspicácia sobre o que é preciso fazer em relação aos acordos com blocos e países importantes, às ações de facilitação do comércio e às mudanças no financiamento às operações.

O fato é que, num cenário extremamente desafiador, tanto do ponto de vista externo como interno, precisamos abrir mercados pela conclusão de negociações de acordos comerciais. Necessitamos, também, retirar os entraves burocráticos, tributários e creditícios ao crescimento das nossas exportações. *Na Agenda Internacional da Indústria 2016*, o setor apontou as prioridades para promover a inserção internacional das empresas brasileiras.

No documento, entregue ao governo, listamos prioridades em acordos comerciais, investimentos brasileiros no exterior, facilitação e desburocratização do comércio exterior, barreiras não tarifárias, tributação, financiamento e garantias às exportações, defesa comercial, e mecanismos empresariais para mercados prioritários. Também tratamos dos serviços às empresas prestados pelos Centros Internacionais de Negócios (CINs), ligados às federações das indústrias, tais como: promoção de negócios, operação aduaneira, adequação de produtos e capacitação empresarial.

Quando concluídas de maneira satisfatória e adotadas com critério, negociações comerciais e medidas de estímulo às exportações promovem

ganhos de escala para a indústria e permitem a inserção nas cadeias globais de valor. Além disso, incentivam a estabilidade de regras e possibilitam um alento na acirrada – e nem sempre leal – concorrência global. O mundo inteiro está engajado nesse esforço. O Brasil não deve e não vai ficar de fora.



Foto: Miguel Ângelo/CNI

Robson Braga de Andrade

CHEGA DE IMPOSTO

PESQUISAS MOSTRAM QUE A POPULAÇÃO BRASILEIRA NÃO TOLERA PAGAR MAIS TRIBUTOS E CONSIDERA A CPMF UMA COBRANÇA INJUSTA, POIS ALCANÇA TODOS OS NÍVEIS DE RENDA

Embora o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, tenha dito que talvez seja necessário aumentar os tributos, em 2017, para manter as contas públicas sob controle, o brasileiro acha que os impostos já são muitos altos para a qualidade dos serviços públicos oferecidos e a maioria é contra o retorno da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em julho, indicou que nada menos de 73% dos brasileiros são contra a recriação dessa contribuição.

Ampla maioria da população (70%) avalia que a CPMF é um tributo injusto porque afeta as pessoas, independentemente do nível de renda. Da mesma forma, 61% dos entrevistados reconhecem que a contribuição onera a todos os brasileiros e não apenas quem tem conta bancária. Realizada pelo Ibope

Inteligência, a pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira – Serviços públicos, tributação e gasto do governo* mostrou que 59% concordam que a eventual recriação do tributo seria repassada aos produtos por meio da alta de preços.

A pesquisa, que ouviu 2.002 pessoas em 143 municípios, entre os dias 17 e 20 de março, mostra ainda que apenas um em cada três brasileiros sabe o que é a CPMF. Questionados se conheciam o tributo, que foi cobrado entre 1993 e 2007, quando sua prorrogação foi rejeitada pelo Congresso Nacional, apenas 32% dos brasileiros disseram que sim e a definiram como um tributo. Entre 1993 e 1995, o tributo tinha o nome de Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

O levantamento mostra que 80% dos brasileiros consideram necessário reduzir os gastos atuais, enquanto 15% defendem sua manutenção.

Entre os que consideram que o governo federal deve manter os gastos, 42% recomendam a venda e a concessão de ativos à iniciativa privada, 17% indicam a criação de novos impostos e 12% recomendam que o governo aumente sua dívida. Seis em cada dez entrevistados também discordam que uma eventual recriação da CPMF melhoraria a vida dos brasileiros. Apenas 33% concordam totalmente ou em parte com a afirmativa.

A pesquisa mostra ainda que os brasileiros avaliam que os tributos no país já são altos e vêm crescendo, e essa percepção tem se aprofundado com o tempo. O percentual da população que considera os impostos no Brasil muito elevados passou de 44%, em 2010, para 65%, em 2016, e os que consideram que os impostos vêm aumentando muito passaram de 43%, em 2010, para 83%, em 2016.



73%

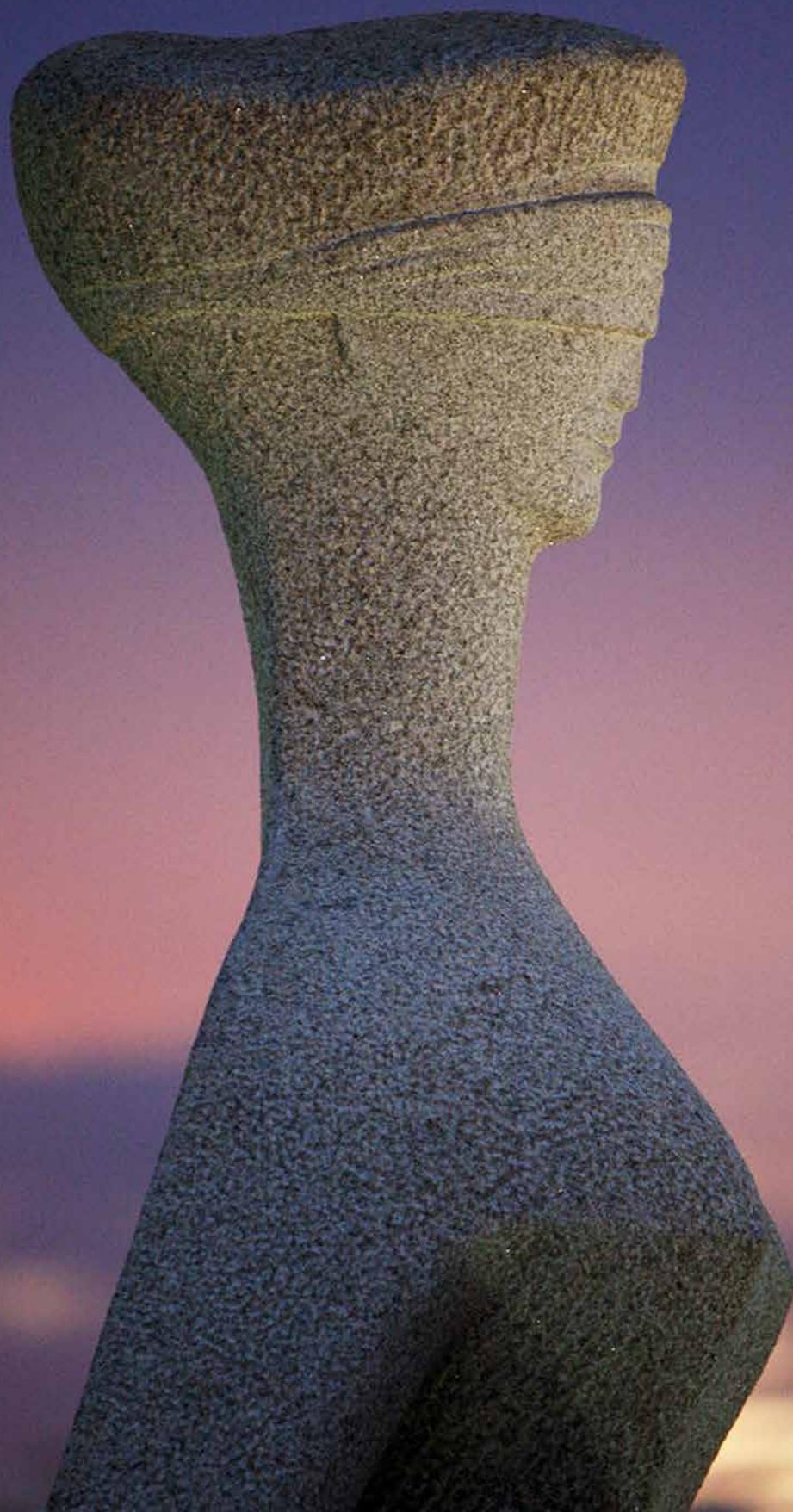
DOS BRASILEIROS SÃO CONTRA
A RECRIAÇÃO DA CPMF, CONSIDERADA
UM TRIBUTO INJUSTO



80%

DIZEM SER IMPORTANTE REDUZIR
OS ATUAIS GASTOS
DO GOVERNO FEDERAL

*Estudo revela que o número de
brasileiros que acreditam que os
impostos vêm aumentando muito
passou de 43%, em 2010, para
expressivos 83%, em 2016*



Entre as ações acompanhadas pela CNI no STF estão a ADI 5135, sobre certidões de dívida ativa, e a ADI 5053, sobre a cobrança de adicional destinado ao FGTS

CNI LANÇA AGENDA JURÍDICA DA INDÚSTRIA

PRIMEIRA EDIÇÃO DO DOCUMENTO APONTA 70 PROCESSOS NO STF DE INTERESSE DO SETOR, ENTRE AÇÕES EM QUE A CONFEDERAÇÃO É AUTORA INICIAL, PARTE INTERESSADA OU OBSERVADORA ATENTA

Com o objetivo de ampliar a visibilidade dos interesses do setor industrial junto ao Poder Judiciário e dar mais transparência à sua atuação, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou a primeira edição da *Agenda Jurídica da Indústria*. Organizado em três partes, o documento reúne informações sobre 70 processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) e cujo julgamento reduzirá incertezas jurídicas para as empresas, o que pode estimular novos investimentos.

A agenda inclui 42 ações de autoria da CNI, 16 em que a entidade atua como *amicus curiae* (parte interessada) e outros 12 processos monitorados por serem considerados importantes para o segmento industrial. Cada página da agenda traz o número da ação, a data de ajuizamento e o ministro relator, além de informações gerais, como o assunto tratado, a posição da CNI, o andamento do processo e a consequência do julgamento. A partir de 2017, o documento será

divulgado sempre no começo do ano. O acompanhamento das ações pode ser feito no *Portal da Indústria*.

“Esse documento pode ser uma ferramenta de aproximação com o Poder Judiciário, principalmente por conseguir, ao mesmo tempo, levar ao conhecimento do Supremo o posicionamento da CNI sobre as ações de maior impacto e relevância para a indústria e dar maior transparência ao trabalho de representação e de defesa de interesses realizado pela confederação”, afirma o gerente-executivo Jurídico da CNI, Cassio Borges. Além do STF, a Agenda será enviada para outros tribunais superiores.

Para o advogado Guilherme Leite, sócio do escritório Machado, Leite & Bueno Advogados, a iniciativa é muito importante e bem-vinda. “É um documento que reflete a atuação destacada da CNI como representante direta dos interesses da indústria brasileira e a relevante contribuição da entidade para o amadurecimento e o fortalecimento

de uma política institucional que cobra coerência das autoridades, em especial daquelas que integram o Poder Judiciário”, afirma. Segundo ele, “a iniciativa vem em boa hora, pois está alinhada ao histórico momento de protagonismo do STF na tomada de decisões referentes aos temas de maior relevo para a sociedade brasileira e para o setor industrial nacional”.

Entre as ações de autoria da CNI, vale destacar a ADI 5135, por meio da qual a entidade pede a inconstitucionalidade da lei que permite o protesto de certidão de dívida ativa, independentemente da existência de processo judicial, e a ADI 5053, contra a lei que criou a cobrança do adicional de 10% destinado ao FGTS. Para Guilherme Leite, a organização sistematizada das ações feita por meio da *Agenda Jurídica da Indústria* “representa um importante instrumento de fiscalização das políticas públicas que contam, atualmente, com a contribuição ativa do STF na sua implementação”.

A CNI ACOMPANHA NO STF



42



AÇÕES DE AUTORIA DA CNI



16



EM QUE A ENTIDADE ATUA COM PARTE INTERESSADA



12



AÇÕES MONITORADAS

FONTE: AGENDA JURÍDICA DA INDÚSTRIA

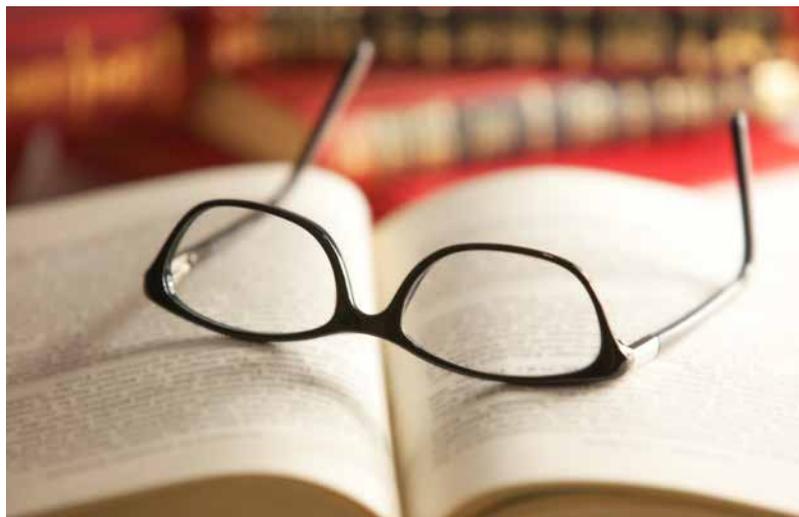
CNI PREMIA JORNALISMO DE EXCELÊNCIA

Na noite de 29 de julho, foram anunciados os vencedores do *Prêmio CNI de Jornalismo 2016* em cada uma das 13 categorias previstas. Eles foram escolhidos com base nos critérios de adequação ao regulamento, ineditismo, relevância e criatividade, entre outros. Nesta edição, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) distribuiu R\$ 310 mil em valores brutos para as melhores reportagens de TV, rádio, revista, jornal e Internet (sites e blogs), nas cinco regiões brasileiras. A lista completa dos premiados está disponível no *Portal da Indústria* (www.portaldaindustria.com.br).



BRASIL ESCOLHE REPRESENTANTES NO *WORLD SKILLS*

Para muitos estudantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a *44ª WorldSkills* já começou. Na última seletiva da olimpíada internacional de profissões técnicas, foram escolhidos os melhores estudantes do SENAI em seis áreas: Tecnologia de Mídia Impressa, Eletricidade Industrial, Instalações Hidráulicas e de Aquecimento, Marcenaria de Estruturas, Manufatura Integrada e Confeitaria. Realizadas em 32 cidades nas 27 unidades da Federação, em julho e agosto, as seletivas servem para definir os nomes dos representantes brasileiros na competição, a ser realizada em outubro de 2017 nos Emirados Árabes Unidos. Participam da seletiva 407 alunos de 43 ocupações da indústria.



CONCURSO SOBRE ECONOMIA APLICADA

Interessada em estimular os estudos de economia aplicada no país, a Confederação Nacional da Indústria edita, há nove anos, o *Prêmio CNI de Economia*, concedido aos melhores trabalhos de economia aplicada sobre a indústria brasileira. Os artigos, individuais ou em grupo, precisam ser inéditos e podem tratar de temas como política industrial, estrutura de mercado, estratégia da firma e produtividade, entre outros. Neste ano, o prêmio vai conceder R\$ 20 mil ao primeiro colocado, R\$ 10 mil ao segundo e R\$ 5 mil ao terceiro. As inscrições foram abertas para o período de 1º de julho a 31 de agosto.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

ATENÇÃO ÀS REGRAS TRIBUTÁRIAS GLOBAIS

Aproximar o Brasil das normas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é o caminho para que o país não seja um perdedor neste novo ambiente de regras tributárias globais. A afirmação é do diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes, em artigo publicado pelo jornal *Valor Econômico*, em 20 de julho. Para ele, a vida das empresas e dos países vem sendo afetada pelos resultados da revisão das regras tributárias internacionais estabelecidas na OCDE e patrocinadas pelo G-20, grupo que une países industrializados e emergentes.

José Augusto Fernandes aponta riscos para o país caso o sistema tributário brasileiro não se adapte às novas tendências vigentes nas economias centrais

A IMPORTÂNCIA DE SE ADAPTAR AO BEPS

No mesmo artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, José Augusto Fernandes afirma que vários países estão adaptando suas regras fiscais ao Beps – *Base Erosion Profit Shifting*. Para ele, há um elemento dominante, mas ausente na reação brasileira: como obter uma fatia da alocação das cadeias globais de valor? Alguns países estão se perguntando como capturar o valor em algumas atividades e evitar a redução da competitividade no investimento direto das suas empresas.



FUNDOS DE PENSÃO PODEM SER BLINDADOS

PROJETO DE LEI PROTEGE O PATRIMÔNIO DOS FUNDOS DE PENSÃO AO DIFICULTAR AS INDICAÇÕES POLÍTICAS E EXIGIR MAIOR TRANSPARÊNCIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS

Os maiores fundos de pensão do país, como a Previ do Banco do Brasil, registraram déficits bilionários nos últimos anos devido a investimentos polêmicos

Num momento em que três dos maiores fundos de pensão patrocinados por empresas públicas têm um déficit superior a R\$ 30 bilhões, a Câmara dos Deputados colocou como uma das prioridades para este ano a aprovação de um projeto de lei com novas regras para melhorar a governança dessas entidades, que fecharam 2015 com um patrimônio estimado de R\$ 730 bilhões. Os principais pontos do Projeto de Lei nº 268/16 tratam da criação de regras sobre a indicação de dirigentes dos fundos e sobre o aumento da transparência.

Relatado pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), o projeto de lei prevê seleção pública para escolha dos integrantes da diretoria-executiva, da auditoria interna e dos membros independentes do comitê de investimento. Além de proibir indicações partidárias para a diretoria-executiva e para o conselho, a proposta exige especialização técnica dos indicados e prevê a criação de comitê de investimentos para avaliação de novos projetos.

“Os fundos de pensão devem perseguir investimentos seguros, que gerem fluxo de caixa e dinheiro para pagamento das aposentadorias e pensões. Esse projeto contribui para resgatar a saúde financeira dos fundos e, ao mesmo tempo, defende os interesses dos trabalhadores das estatais”, afirma Pestana. Para ele, as mudanças em discussão na Câmara dos Deputados ajudarão a profissionalizar a gestão dos fundos de pensão.

Em seu relatório, Pestana manteve a obrigatoriedade, prevista na proposta já aprovada pelo Senado, para que toda a diretoria dos fundos de pensão, que hoje é eleita pelo conselho deliberativo da entidade, seja composta por profissionais qualificados, selecionada no mercado por empresas especializadas. De acordo com ele, o texto do projeto de lei prevê que ocupantes de cargos públicos não poderão participar dos conselhos de administração nos quais os fundos têm participação.

Com o objetivo de aumentar a transparência de informações, o relator

incluiu artigo determinando que os fundos de pensão deverão publicar na Internet informações sobre todas as operações cujo montante seja superior a 0,5% dos recursos garantidores de cada plano. “Trata-se de importante regra de controle social, cuja implementação pelas entidades será facilitada, na medida em que o órgão regulador poderá dispor sobre a forma de cumprimento e a consolidação das informações a serem apresentadas”, escreve Pestana no seu relatório.

Nos últimos anos, grandes fundos de pensão patrocinados por empresas estatais federais tiveram déficit de milhões de reais por problemas na gestão dos recursos. Além disso, o relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito, encerrada em abril de 2016, sugeriu ao Ministério Público o indiciamento de 350 pessoas e instituições apontadas como responsáveis por um prejuízo de R\$ 6,8 bilhões a quatro fundos de pensão: Postalís (Correios), Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal).

VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO DE LEI nº 268/16



Prevê seleção pública para integrantes da diretoria-executiva, da auditoria interna e do comitê de investimento



Exige especialização técnica para a diretoria-executiva



Proíbe indicação partidária para diretoria e conselho



Cria o comitê de investimento para avaliar novos projetos



Reforça a transparência ao dar publicidade a investimentos e fortalecimento dos órgãos de fiscalização



Melhora e qualifica o processo decisório com responsabilização dos gestores e aperfeiçoamento dos ritos



Representantes de diversos setores temem pelo projeto que está sendo elaborado no Ministério do Meio Ambiente

ANDANDO PARA TRÁS

GOVERNO SURPREENDE AO PREPARAR PROPOSTA QUE COMPLICA AINDA MAIS O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, O QUE PODE TRAZER MAIS INSEGURANÇA JURÍDICA E AFASTAR INVESTIDORES

O aprimoramento do processo de licenciamento ambiental no Brasil é tarefa imprescindível para ajudar o país a retomar o crescimento da economia, sempre com máximo respeito ao meio ambiente, mas com regras adequadas aos tempos atuais. A legislação original remete a um período anterior à Constituição de 1988. Trata-se da Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). O Congresso Nacional preparava-se para atualizar esse marco regulatório. Agora, com a posse de Sarney Filho no Ministério do Meio Ambiente (MMA), recebeu sinais de que o governo pode apoiar um retrocesso, com a introdução de regras ainda mais complicadas que as atuais, que travariam o sistema de licenciamento.

“Hoje, o licenciamento ambiental é altamente custoso, demorado e excessivamente

burocrático”, diz a diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mônica Messenberg Guimarães. Uma pesquisa da CNI mostra que o prazo para finalizar o processo de licenciamento de empreendimento que dependa das três licenças ambientais pode demorar sete anos para ser concluído. Já o prazo de validade de uma Licença de Operação (LO) não pode ser maior que dez anos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Mônica destaca que o MMA ainda não apresentou oficialmente um novo texto à sociedade e ao debate parlamentar, mas que já há informações suficientes de que a proposta poderia criar mais burocracia e retirar poderes dos órgãos estaduais de meio ambiente, em uma virtual centralização das decisões

em Brasília. Segundo a diretora, as atuais regras já representam um alto nível de insegurança jurídica, inibindo investimentos. Pensar em um texto que despreze todos os debates anteriores ampliaria a insegurança jurídica.

O presidente da Comissão Nacional do Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rodrigo Justus, explica que foi construído um texto substitutivo, liderado pela Frente Parlamentar de Agricultura (FPA), tendo como base a Lei nº 3.729/04, que tem o aval da Comissão de Agricultura da Câmara. Justus conta que a ideia defendida pelo MMA, por sua vez, gera preocupações por vários fatores. “Nenhum país do mundo licencia plantio, nem pecuária extensiva”, exemplifica o representante da CNA, sobre possíveis novas cobranças.

Justus justifica sua preocupação sobre uma das eventuais novas exigências sinalizadas pelo MMA para o novo texto. “Entendemos que todo produtor rural tem obrigações em relação ao meio ambiente, tem de cumprir o Código Florestal, fazer o uso do agrotóxico corretamente, o uso da água adequadamente, o manejo de resíduos e não pode produzir dejetos e resíduos que possam causar dano ambiental. Isso é uma coisa: a gestão ambiental. Outra é você exigir um documento chamado licença, que os órgãos ambientais não têm capacidade técnica, nem recursos humanos, para expedir. Não são versados em agricultura”, destaca. Ele lembra que há cerca de 500 mil empreendimentos que são licenciados atualmente no País, enquanto outros 400 mil aguardam licenças. “O setor rural, nos moldes que o Ministério do Meio Ambiente defende, demandaria quatro milhões de licenças”, cita. Considerando o ritmo de concessões registrado até agora, seria preciso um prazo de 400 anos para liberar todas essas licenças, ou seja, a nova exigência iria colapsar o sistema.

O coordenador do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico, Enio Fonseca, diz que, na área de licenciamento ambiental, os empreendedores têm



Foto: José Paulo Lacerda / CNI

Segundo Mônica Messemberg, diretora de Relações Institucionais da CNI, a proposta pode tornar o licenciamento ambiental ainda mais custoso e burocrático

de enfrentar um conjunto com cerca de 20 mil instrumentos ou regras, indo das leis federais às normas municipais, que envolvem muitas vezes 25 órgãos federais que tratam de licenciamento tanto no âmbito das questões indígenas como no de patrimônio histórico.

Atualmente, o processo de licenciamento ambiental representa entre 10% e 20% do custo total de um novo empreendimento, destaca Fonseca. “E agora, o ministro Sarney apresenta um novo projeto, que deixaria para trás tudo o que já foi negociado”, reclama o representante do setor elétrico. Fonseca critica, principalmente, o processo de elaboração da proposta do MMA,

que eliminou o espaço de debate no Executivo.

O diretor de Assuntos Ambientais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Rinaldo Mancin, avalia que não é correto o licenciamento ambiental seguir o mesmo instrumento desenvolvido 35 anos atrás. Ele argumenta, porém, que seja qual for a nova regra a ser aplicada, o importante é garantir que as normas realmente “saiam do papel” e entrem em vigor. Mancin critica, por exemplo, o fato de haver elevadas exigências para a concessão do licenciamento ambiental, enquanto “quase nada é aplicado no monitoramento do projeto”.

O QUE É



O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente

COMO FUNCIONA



O processo de licenciamento ambiental possui três etapas distintas: Licenciamento Prévio, Licenciamento de Instalação e Licenciamento de Operação.



Licença Prévia (LP) - Deve ser solicitada ao IBAMA na fase de planejamento da implantação, alteração ou ampliação do empreendimento.



Licença de Instalação (LI) - Autoriza o início da obra ou instalação do empreendimento. O prazo de validade dessa licença é estabelecido pelo cronograma de instalação do projeto ou atividade, não podendo ser superior a seis anos.



Licença de Operação (LO) - Deve ser solicitada antes de o empreendimento entrar em operação, pois é essa licença que autoriza o início do funcionamento da obra/empreendimento. O prazo de validade não pode ser inferior a quatro anos e superior a dez anos.

É PRECISO ACABAR COM A CONFUSÃO

SENADOR DEFENDE ENXUGAMENTO DO MARCO LEGAL PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL; SEGUNDO ELE, NÃO É A QUANTIDADE DE NORMAS QUE PROTEGE O MEIO AMBIENTE, MAS SUA QUALIDADE

Preocupado com a excessiva burocracia do licenciamento ambiental no Brasil, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) é autor de um projeto de lei que propõe maior rapidez na análise de processos que envolvam empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional. Mas ele adverte: isso não representa afrouxar as regras. O parlamentar defende a modernização de todo o sistema de licenciamento, com critérios mais claros, que defendam o meio ambiente, mas também estimulem o desenvolvimento e a geração de empregos.

Como o senhor avalia o atual sistema de licenciamento ambiental?

É fundamental que haja um licenciamento ambiental responsável, que efetivamente proteja e preserve o meio ambiente, mas isso não pode servir de biombo para ações que visem a paralisar o desenvolvimento. Com um licenciamento ambiental responsável, ter-se-á também um desenvolvimento responsável.

É importante rever os marcos do licenciamento ambiental, não para afrouxá-los, mas para modernizá-los. Espero que o governo do presidente Michel Temer possa fazer isso, debatendo com toda a sociedade.

O atual sistema de concessão de licenças ambientais, com divisões de papéis entre União, estados e municípios é ideal?

É importante o sistema de concessões ter agentes diferenciados, pelo tamanho e pela forma de licenciamento. Contudo, esses papéis têm de ficar claros. O que vemos hoje é sobreposição de esforços, de burocracia. Isso confunde o licenciamento, atrasa e atrapalha os atores que têm de realizar suas atividades.

Em sua opinião, há ou não excesso de normas tratando do licenciamento ambiental?

O que defende o meio ambiente e permite fazer com que o licenciamento ambiental seja responsável e eficiente não

é a quantidade de normas que existe, mas a qualidade delas. Não se faz licenciamento ambiental por quilo. Se faz licenciamento ambiental por meio de providências e parâmetros. Defendo um enxugamento dessa confusão de normas. Quando se tem um processo confuso de licenciamento, ter-se-á também um licenciamento, uma projeção de ações e uma fiscalização confusas. Às vezes, a paralisação do controle e da fiscalização leva à depredação do meio ambiente, e não à sua preservação.

Por isso há tantos questionamentos do Ministério Público?

Não só questionamentos do Ministério Público como também ações judiciais. Isso mobiliza a esfera judicial, exige gastos com advogados, provoca paralisações de investimentos e perde-se o equilíbrio das equações econômico-financeiras. Conturbar esse processo não melhora o panorama econômico e ambiental do Brasil; ao contrário, confunde, atrapalha. Por isso o marco legal tem de ser revisto.



Foto: Lucio Bernardo Junior / Câmara dos Deputados

Senador afirma que uma proposta radical que endureça regras de licenciamento não é risco real

O senhor apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 654/15, propondo a criação de um regime especial de licenciamento ambiental para empreendimentos estratégicos. Qual a importância desse texto?

Defendo esse projeto porque alguns investimentos estratégicos do Brasil têm de ser vistos pelos órgãos licenciadores com responsabilidade. O projeto não cria um *fast track*, um regime rápido de licenciamento para qualquer tipo de obra. Vou citar um caso exemplar. Temos, há três anos, uma licitação para construir uma linha de transmissão de energia de Manaus a Boa Vista, com a construção de torres na área de servidão da BR 174, sem nenhum tipo de desmatamento. Não atinge área indígena, mas uma área contígua à área indígena. Há três anos a FUNAI não se manifesta e hoje o estado sofre inúmeros prejuízos. A linha de transmissão que deveria estar pronta em janeiro deste ano sequer foi iniciada. Esse é um exemplo de que a irresponsabilidade de alguns órgãos precisa ser

monitorado. O controle ambiental tem de ser feito, também, para aqueles que atrapalham o País.

Por que o senhor propõe o licenciamento rápido para alguns setores e não para todos?

A questão do licenciamento expresso, rápido, eu proponho para setores estratégicos, com investimentos importantes para o Brasil e que dizem respeito a áreas fundamentais da economia ou da população. Defendo também uma consolidação e um ajuste da lei ambiental. Não seria *fast track*, um processo sumário. Seria algo intermediário. Situações diferentes têm de ser tratadas de forma diferente.

Um dos temores do setor empreendedor é que novas propostas do Ministério do Meio Ambiente engessem ainda mais o licenciamento ambiental. Isso é um risco?

Qualquer proposta é apenas uma proposta. Não é uma verdade e muito menos

uma lei. Temos de ter responsabilidade com todos os setores do País. O ambientalismo é uma vertente importante, mas daí a se criar uma normatização burocrática, que inviabilize ou encareça o preço dos alimentos e faça com que o produto brasileiro não possa ser produzido não é uma solução ambiental. É um atraso ambiental. Penso que o ministro Zequinha Sarney (*Meio Ambiente*) é um homem responsável, experiente. Tenho certeza de que qualquer proposta técnica passará por filtros e debates dentro do governo e depois virá ao Congresso, onde também terá debate e filtros. Não considero uma proposta mais radical como um risco real. O importante é criar uma norma que preserve o Brasil e o meio ambiente para os futuros brasileiros. Nosso produto precisa ser visto como aquele que respeita o meio ambiente, mas que existe efetivamente, assim como desenvolvimento e emprego. Com paralisação de atividades não se cria emprego, se cria miséria. E isso não ajuda o meio ambiente.

MAIS EXIGÊNCIAS SERIAM ABSURDO

PARLAMENTAR MINEIRO, ESTUDIOSO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL,
ALERTA PARA OS PREJUÍZOS QUE UM RETROCESSO NA LEGISLAÇÃO
PODE CAUSAR À ECONOMIA BRASILEIRA

Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), o deputado federal Marcos Montes (PSD-MG) avalia que o Brasil já tem excesso de regras sobre o licenciamento ambiental, que é arcaico e que precisa ser modernizado para estimular o crescimento da economia e reduzir o Custo Brasil. Montes rejeita, veementemente, qualquer hipótese que cogite tornar ainda mais burocrático e complicado o processo de licenciamento. Seria “um grande absurdo”, diz o parlamentar, que aposta na ação responsável e progressista da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que tem o tema em sua pauta.

O sistema de licenciamento ambiental brasileiro protege, realmente, o meio ambiente ou serve apenas para inibir novos investimentos?

Não hesito em dizer que o sistema de licenciamento ambiental não está alinhado ao cenário atual. Inibe demasiadamente

os investimentos em diversos setores, principalmente em relação ao setor produtivo rural. Muitos projetos em nossa área deixam de ser implantados porque enfrentam, na legislação ambiental, uma barreira intransponível.

O senhor considera que o atual sistema de concessão de licenças ambientais, com divisões de papéis entre União, estados e municípios é adequado? Em sua opinião, não há um excesso de regras?

Está claro para nós que o atual sistema de concessão de licenças ambientais, entre as diversas esferas, não é adequado. Isso porque há realmente um excesso de regras. Por causa disso, defendemos a modernização, a transparência e a adequação, para evitar conflitos de competência entre União, estados e municípios.

Qual a sua opinião sobre propostas que defendem ainda mais

exigências para o processo de licenciamento ambiental?

Seria um grande absurdo. Chega! Aumentar mais ainda essas exigências seria o pior dos mundos para os diversos setores da economia brasileira. Afugentaria muitos investimentos e emperraria a prosperidade de nosso país. Seria algo inadmissível, em todos os aspectos.

Uma pesquisa da CNI identificou excesso de exigências ao longo de todo o processo de licenciamento, falta de clareza na regulamentação, falta de preparo dos técnicos dos órgãos ambientais e excesso de condicionantes, entre outros problemas. O senhor concorda que esses fatores realmente são enfrentados pelo setor produtivo?

Os empreendedores, sejam da área industrial ou do agronegócio, enfrentam muitos entraves para implantar seus projetos. A pesquisa da CNI mostrou que



Foto: Associação Brasileira dos Criadores de Bonsmara

O deputado Marcos Montes lembra que todos os setores serão afetados por um endurecimento das regras de licenciamento

existe mesmo esse excesso de exigências ao longo de todo o processo de licenciamento ambiental, infelizmente.

Quais setores da economia são mais afetados? A agropecuária, a indústria, os grandes projetos de infraestrutura, como os de energia e transporte?

Todos os setores citados são afetados, direta ou indiretamente. No caso da agropecuária, sentimos isso “mais na carne”, como se costuma dizer. Mas recebemos apelo de todos os setores para melhorar a legislação, modernizá-la e adaptá-la aos novos tempos.

O complexo sistema de licenciamento ambiental aumenta o Custo Brasil? Como e por quê?

Ninguém tem dúvida quanto a isso. Esse condenável Custo Brasil tira a competitividade e trava o crescimento de nosso país. Chega a colocar em

risco a produção de alimentos e a própria competitividade perante os nossos concorrentes.

Como o Congresso pode contribuir para melhorar o sistema de licenciamento ambiental brasileiro?

Nós, da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), estamos empenhados em melhorar muito a legislação ambiental e, conseqüentemente, o sistema de licenciamento. O primeiro passo foi dado em 2012, quando aprovamos o Código Florestal Brasileiro, depois de muitas discussões. Foi um trabalho árduo. Claro que não foi a legislação dos sonhos, mas foi a possível. Para tanto, recebemos o incentivo das entidades representativas do setor produtivo rural. Queremos melhorar os textos dessas normas impostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), principalmente daquelas com viés ideológico ou promovidas por Organizações Não Governamentais que defendem os

interesses dos nossos concorrentes. Queremos que o Brasil tenha uma legislação menos impositiva, desburocratizada, mais simplificada, transparente e democrática. E isso é possível, sim.

O aperfeiçoamento do sistema de licenciamento ambiental ajudaria o Brasil a retomar o crescimento da economia?

Não temos nenhuma dúvida quanto a isso. Por isso mesmo é que estamos diuturnamente trabalhando neste sentido. Ou seja, trabalhando para aperfeiçoar o sistema de licenciamento ambiental. Temos até um grupo de alto nível debruçado sobre este tema. O deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) é o relator do Projeto de Lei nº 3.729/04 na Comissão de Finanças e Tributação. Ele está conduzindo muito bem esse processo, por meio do qual pretendemos equacionar as questões relacionadas ao licenciamento ambiental.

A AGENDA PRIORITÁRIA DA MEI

INDÚSTRIA SE PREPARA PARA FAZER AVANÇAR A INOVAÇÃO NO PAÍS,
APOSTANDO NA APROVAÇÃO DE NOVO MARCO REGULATÓRIO E
NA REESTRUTURAÇÃO DE SEU SISTEMA DE FINANCIAMENTO

Considerada uma das maiores inovações da indústria brasileira, as aeronaves da Embraer da família 170/190 encontraram em equipamentos de até 110 assentos um novo nicho de mercado



Reestruturar o sistema de financiamento à inovação e aprovar o novo marco regulatório sobre o tema são os dois pontos prioritários da *Agenda da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) 2016*, liderada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com a diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio, se forem aprimorados os financiamentos públicos para projetos de inovação das empresas, os investimentos privados tendem a ser alavancados na mesma proporção.

Um dos objetivos da MEI é assegurar que tais recursos cheguem efetivamente às empresas e que haja maior oferta por novos investimentos, como os de *venture capital*, ou capital de risco. “Esse é um item importantíssimo de política de estímulo à inovação no Brasil. Para tanto, o diálogo com o governo tem sido cada vez mais estreitado”, afirma a diretora.

Apesar de o Brasil viver uma crise econômica, Gianna acredita que esse é o momento para as empresas darem a volta por cima, focando em ações inovadoras. “É por esse motivo que investir em inovação é tão importante”, diz.

O segundo item considerado primordial é a aprovação de regulamentos que fortaleçam e deem mais segurança jurídica à inovação no país. Mesmo com a entrada em vigor, em janeiro deste ano, do Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/16), é preciso, segundo Gianna, reforçar o marco regulatório. “O Código em vigor precisa ser regulamentado e temas importantes que foram vetados no projeto de lei,

aprovado pelo Congresso, precisam voltar à tona do debate nacional para serem implementados”, argumenta.

Para a diretora de Inovação da CNI, a MEI é o principal espaço de construção e debate conjuntos de políticas públicas de inovação no Brasil. “Por isso, é de extrema importância que as propostas elencadas na *Agenda MEI 2016* sejam amplamente discutidas com o setor público”, diz Gianna.

A *Agenda MEI 2016* traz seis temas fundamentais: o marco regulatório da inovação; o marco institucional da inovação; o financiamento à inovação; a inserção global via inovação; os recursos humanos para inovação; e as pequenas e médias empresas inovadoras.

O QUE É A MEI?

A Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) é um movimento que visa a estimular a estratégia inovadora das empresas brasileiras.

Entre seus objetivos estão:



aumentar o engajamento dos líderes empresariais na promoção da inovação;



estimular o aumento do investimento privado em inovação;



promover a inovação ao longo da cadeia produtiva;



contribuir para o aprimoramento das políticas de apoio à inovação; e



consolidar e distribuir o conhecimento sobre inovação.



MÉXICO

VENEZUELA

PARAGUAI

BRASIL

URUGUAI

ARGENTINA



AOS 25 ANOS, MERCOSUL BUSCA ACORDO COM MÉXICO

DIPLOMATAS FAZEM UM BALANÇO DAS CONQUISTAS DO BLOCO ECONÔMICO, CRITICAM A CONDUÇÃO DOS GOVERNOS PETISTAS E APOSTAM NA AMPLIAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE COMÉRCIO COM O MÉXICO JÁ NO PRÓXIMO ANO

OMercosul comemora 25 anos de existência com expressivos ganhos no incremento do comércio e com a decisão de implementar uma nova agenda, propondo novas tarefas para os países-membros, e tendo o propósito de buscar a ampliação de oportunidades em novos mercados. No horizonte de curto prazo, o Mercosul acena com a possibilidade de fechar um acordo de livre comércio com o México, importante parceiro membro do Acordo de Livre Comércio da América do Norte e da Parceria Transpacífico.

O embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, à frente das negociações, aposta na conclusão de um bom acordo com os mexicanos. “O México tem uma economia relevante, com comércio exterior importante e um PIB que é mais ou menos 60% do brasileiro. Esperamos concluir o acordo no próximo ano”, diz Mesquita, subsecretário-geral de América Latina do Itamaraty.

O diplomata, que acompanhou recente visita do chanceler José Serra à Cidade do México, é mais cauteloso em relação a um acordo de livre comércio com a União Europeia ao apontar fatores que poderiam retardar um entendimento. Segundo Estivallet, o governo brasileiro poderia fechar um acordo nos próximos dois anos, mas não sem antes avaliar “se a saída do Reino Unido vai ser uma distração que vai direcionar a energia deles para outro lado e se a recessão prolongada na Europa vai ser um fator complicador”.

Entusiasta da nova agenda do bloco, o Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Daniel Godinho, detalha os próximos passos: “O maior desafio do Mercosul é implementar uma agenda moderna de integração intrarregional, de modo a fortalecer nossas cadeias regionais de valor. Esta foi e continua sendo a estratégia utilizada pelas demais regiões do mundo – Ásia, Europa e também América do Norte – para participar mais efetivamente das cadeias globais de valor”.

Godinho considera importante “buscar não somente a remoção das barreiras ainda existentes ao livre comércio no âmbito do bloco, como também dinamizar sua agenda por meio da negociação de acordos de compras governamentais e de investimentos, que promovam a real abertura do mercado entre os sócios e o fluxo de investimentos na região”.

Na nova agenda, Estivallet considera prioritário atacar os problemas estruturais brasileiros, que segundo ele levaram a indústria a ser mais reticente a essa integração e a adotar uma nova mentalidade para encarar os novos tempos. “Se nós formos avançar nesses acordos, isso vai levar a uma certa especialização da indústria. Aqueles setores industriais mais competitivos vão ganhar mais em comparação com aqueles que têm uma vantagem comparativa menor”.

Há também outros desafios relacionados ao compromisso dos países-membros do bloco de avançar na coordenação

macroeconômica e na harmonização de outras políticas. A Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) é citada com frequência como um ator novo que tem muito a opinar na política comercial, para exemplificar a necessidade de harmonizar normas técnicas entre os membros do Mercosul.

Apesar dos entraves protecionistas, das variações da taxa de câmbio e da recessão, o aumento do intercâmbio brasileiro com os países do Mercosul exhibe uma linha ascendente até 2011, quando a corrente comercial chegou a US\$ 47,2 bilhões. Essa marca mostra que o bloco pode recuperar-se do volume menor registrado em 2015, quando o fluxo comercial foi de US\$ 30,3 bilhões.

Junto com a queda do fluxo comercial, o isolamento é uma crítica recorrente por parte de quem vê o período recente como um atraso diante das expectativas de conclusão de acordos comerciais com outros blocos. O embaixador aposentado Rubens Barbosa considera que é necessário resgatar os objetivos iniciais que, segundo ele, foram distorcidos nos últimos 13 anos: “Era um exercício para abertura da economia, liberalização do comércio e de ampliação de mercado entre os países-membros”, recorda Barbosa, lamentando o que considera um retrocesso: a ênfase dos governos petistas nas questões políticas e sociais no trato com os países-membros do bloco.

O diplomata, que já foi negociador dos acordos do bloco nos anos 1990, enfatiza a necessidade de vontade política para avançar novamente. “Precisa haver uma recuperação da vontade de negociar esses acordos (com outros blocos econômicos), terminar o isolamento e conversar entre os quatro países para reduzir as barreiras protecionistas que impedem um aumento ainda maior do fluxo de comércio dentro do Mercosul”.

Ao fazer um balanço dos 25 anos do bloco que une ao Brasil a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e, mais recentemente, a Venezuela, outro embaixador aposentado, Renato Marques, atribui parte dos limites nas negociações com outros blocos ao chamado Custo Brasil e à queda da atividade econômica. À indústria brasileira, ele faz um alerta: “é preciso continuar aumentando o conteúdo de inovação para enfrentar a competição com produtos importados”.



Foto: Rubens Barbosa/Arquivo Pessoal

Rubens Barbosa diz que os objetivos iniciais do Mercosul devem voltar a ser a ampliação dos mercados

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASILEIRO COM O MERCOSUL

(Em bilhões de dólares)



Fonte: Secex/MDIC

BRASILEIRO QUER ESTADO ENXUTO

CORTES EM CUSTEIO E NOS SALÁRIOS DE FUNCIONÁRIOS SÃO AS MEDIDAS MAIS CITADAS PELA POPULAÇÃO QUANDO O ASSUNTO É EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

A redução do custeio da máquina pública e dos salários dos funcionários públicos são as duas principais medidas citadas pela população brasileira para ajudar no equilíbrio das contas públicas, conforme pesquisa realizada pelo Ibope para a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Um terço dos entrevistados disseram que o governo deve diminuir as despesas com alugueis, material de escritório, computadores e sites, entre outros gastos com a manutenção da estrutura física do setor público. Para 22% das pessoas, o corte de

salários deve ser outra das prioridades para diminuir os gastos públicos.

De acordo com a pesquisa, oito em cada dez brasileiros acreditam que o governo deve reduzir os gastos atuais. Foram ouvidas 2.002 pessoas em 143 municípios, no mês de março. A partir de nove tipos de despesas apresentadas, cada entrevistado deveria indicar aquela que deveria ser reduzida. Seis dessas despesas tiveram pelo menos 2% das menções: custeio da máquina pública, salários dos funcionários públicos, programas sociais, investimentos em infraestrutura, seguro-desemprego e aposentadorias e pensões. Educação, saúde e segurança foram citadas por 1% cada.

O corte nas despesas com programas sociais (como o *Bolsa Família* e o *Minha Casa, Minha Vida*) foi citado por 11% dos entrevistados. Nove por cento foram favoráveis à redução nos investimentos em infraestrutura (estradas, energia, abastecimento de água, saneamento, portos e aeroportos). Outros 10% afirmaram que os cortes deveriam ser feitos em áreas não apresentadas na pesquisa e 5% não souberam ou não quiseram opinar.

Os cortes deveriam ser feitos em áreas não apresentadas na pesquisa e 5% não souberam ou não quiseram opinar.

MELHOR ALTERNATIVA PARA CORTE DE GASTOS PÚBLICOS Percentual de respostas (%)



Nota: A soma dos valores pode diferir de 100% por questões de arredondamento

Fonte: Retratos da Sociedade Brasileira – Serviços públicos, tributação e gasto do governo – Número 33, junho de 2016

MEDO DO **DESEMPREGO** É O MAIOR EM 17 ANOS

Num momento em que o desemprego no Brasil está próximo de 11%, conforme os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), voltou a crescer o medo de perder o emprego entre os brasileiros. Em junho, o Índice de Medo do Desemprego apresentou crescimento de 1,9% na comparação com março deste ano e atingiu o maior valor da sua série histórica, iniciada em 1999. Antes, o pior desempenho desse indicador trimestral havia sido registrado em maio de 1999, em meio à crise de desvalorização do real.

Elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) a partir de 2.002 entrevistas realizadas pelo Ibope Inteligência em 141 municípios, entre os dias 24 e 27 junho, o índice teve um aumento de 4,2% na comparação com junho de 2015. Essa preocupação do brasileiro em perder o emprego tem contribuído

para reduzir o consumo das famílias e, conseqüentemente, o nível de atividade econômica. No atual cenário de incertezas, muitas pessoas adiam compras, principalmente as de valor mais elevado.

Em junho, o Índice de Medo do Desemprego ficou em 108,5 pontos. Nas cidades do interior, o indicador chegou a 111,1 pontos, bem acima dos 105,1 pontos registrados nas capitais. Entre os entrevistados do sexo masculino, o índice atingiu 110,7 pontos contra 106,5 no caso das mulheres. Do ponto de vista geográfico, a preocupação em perder o emprego é maior na região Sul, onde o índice ficou em 112,3 pontos – com uma pequena queda em relação aos 113,9 pontos registrados na pesquisa de março.

Quando se olha para a renda dos entrevistados, percebe-se que o índice ficou praticamente igual entre aqueles cuja renda familiar média é de até

um salário mínimo (109 pontos) e os que têm renda familiar média acima de cinco salários mínimos (109,2 pontos). Quando o recorte é pelo grau de instrução, o maior medo de desemprego está entre os profissionais de nível superior, segmento em que o índice está acima de 112 pontos.

Com base nas mesmas entrevistas, calcula-se o Índice de Satisfação com a Vida, que em junho apresentou crescimento de 0,8% na comparação com março. Ainda assim, está 2,5% abaixo do registrado em junho de 2015. Mesmo com o crescimento verificado na pesquisa mais recente, esse indicador ainda se encontra no segundo menor valor de sua série histórica, também iniciada em 1999. Em junho, o indicador atingiu 93,1 pontos na média. Quando o recorte leva em conta o grau de instrução, o índice ficou em 96,7 pontos entre os entrevistados de nível superior.

ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO

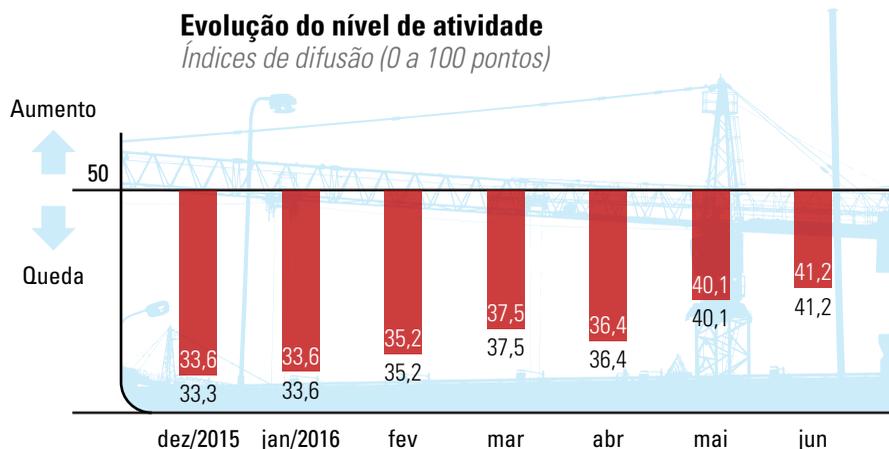
Base: média de 2003=100



Medo do Desemprego e Satisfação com a Vida, junho de 2016

METADE DO SETOR DE CONSTRUÇÃO ESTÁ PARADO

A construção civil continua demitindo e tem grande ociosidade, mas o ritmo de queda desacelerou novamente, conforme a *Sondagem Industrial da Construção* de junho. A pesquisa mostra que o índice de evolução da atividade no setor ficou em 41,2 pontos, ainda abaixo dos 50 pontos que separam o aumento da atividade da retração. A indústria da construção está com quase metade das máquinas e equipamentos parados. O nível de utilização da capacidade de operação no setor foi de 56% em junho.



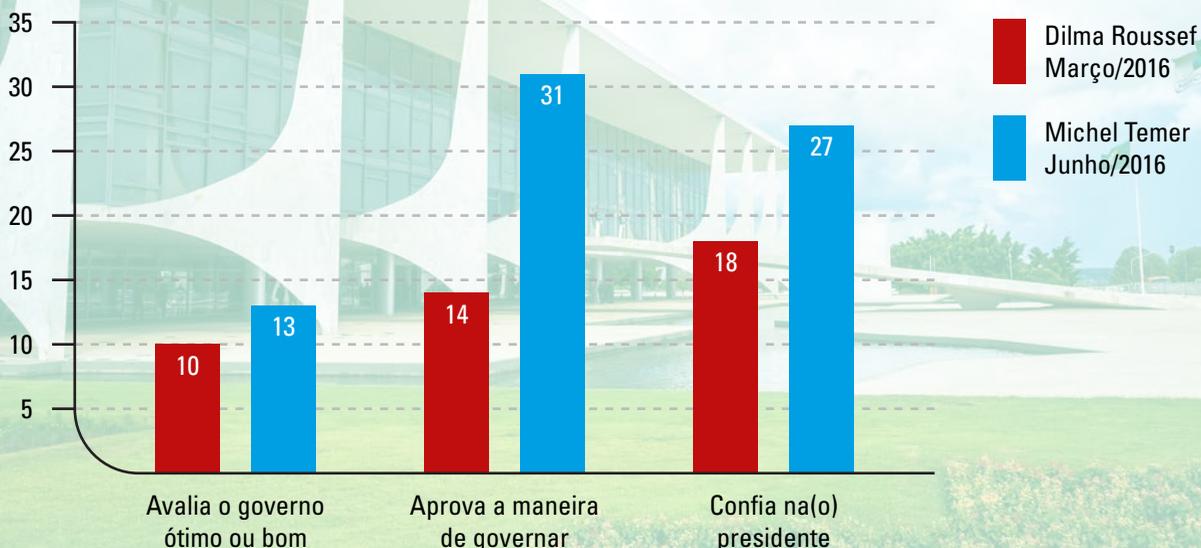
O índice varia de 0 a 100. Valores acima de 50 indicam aumento do nível de atividade na comparação com o mês anterior

Sondagem da Indústria da Construção, número 6, junho de 2016

AVALIAÇÃO DE TEMER É DISCRETAMENTE MELHOR QUE A DE DILMA

Só 13% da população brasileira consideram o governo do presidente interino, Michel Temer, ótimo ou bom, conforme pesquisa CNI/Ibope divulgada em julho. O índice é praticamente igual ao registrado em março para o governo Dilma Rousseff. O percentual dos que avaliam o governo como ruim ou péssimo foi de 39%, contra 69% em março, ainda durante a gestão anterior. Para 44% da população, o governo Michel Temer está sendo igual ao governo Dilma Rousseff. Quase um quarto, 23%, consideram o governo Temer melhor e 25% o consideram pior que o de Dilma.

Popularidade da(o) presidente
Percentual de respostas (%)



Pesquisa CNI/Ibope – Avaliação do governo, junho de 2016

R.M. NUNES / SHUTTERSTOCK.COM

ESTUDO DA CNI MOSTRA O BAIXO INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

As empresas privadas responderam por 54% dos investimentos em infraestrutura feitos em 2014, mas a maior parte dos recursos teve origem em empréstimos de entidades públicas. As informações constam do estudo *O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil*, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No total, os investimentos no setor representam apenas pouco mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB), o que contribuiu para a deterioração da infraestrutura no Brasil. De acordo com o estudo, esse investimento deveria ficar entre 4% e 5% do PIB, percentual de países com níveis semelhantes de desenvolvimento.



**O BRASIL INVESTIU
R\$ 130,3 BILHÕES**
EM INFRAESTRUTURA EM 2014

**DESSE MONTANTE,
R\$ 70,7 BILHÕES**
PARTIRAM DA INICIATIVA PRIVADA
OU 54,3% DO TOTAL

83% da dívida tomada pelo setor para financiar seus investimentos tiveram como origem empréstimos públicos garantidos pelo BNDES, Caixa Econômica Federal e Tesouro Nacional

Fonte: O financiamento do investimento da infraestrutura no Brasil – CNI, 2016

EMPRESÁRIOS MENOS DESCONFIADOS

Pelo terceiro mês consecutivo, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) voltou a subir e fechou julho em 47,3 pontos, com alta de 1,6 ponto em relação ao mês anterior. Apesar de registrar uma alta de 10,1 pontos na comparação com julho de 2015, o ICEI ainda permanece abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que indica falta de confiança dos empresários. Embora tenha sido observado aumento em todos os segmentos pesquisados, o maior crescimento foi entre as médias empresas, segmento em que o índice passou de 44,1 pontos em junho para 46,7 pontos em julho.

Série histórica

Índice (0 a 100 pontos)*



*Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário. Quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

ICEI – Índice de Confiança do Empresariado Industrial, julho de 2016

Com a reforma trabalhista, empresas poderão negociar com empregados e sindicatos a redução do horário do almoço, por exemplo

GOVERNO INICIA REFORMA TRABALHISTA

PRESIDENTE MICHEL TEMER DEFENDE A MODERNIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO;
MUDANÇAS PODEM REFORÇAR A NEGOCIAÇÃO ENTRE EMPRESAS E SINDICATOS

Por cerca de três anos, os funcionários de uma empresa no Rio Grande do Sul tiveram um acordo coletivo que permitia encerrar a jornada de trabalho 30 minutos antes do horário normal de expediente. Isso foi possível porque os trabalhadores, por meio do sindicato, negociaram com os empregadores uma redução no horário de almoço na mesma proporção, tudo com o aval dos trabalhadores.

No entanto, nesse período, alguns trabalhadores demitidos foram à Justiça do Trabalho alegando que não tinham uma hora de intervalo para almoço e

descanso, tempo mínimo previsto na legislação brasileira para quem tem uma jornada diária de pelo menos seis horas. Após perder na Justiça e ser obrigada a pagar indenização aos funcionários demitidos, a empresa não renovou essa cláusula do acordo coletivo.

O relato da administradora de empresas Débora de Souza Morsch, gestora de recursos da Zenit Asset Management, mostra como regras negociadas entre empregadores e empregados, com participação do sindicato e registradas num acordo coletivo, podem gerar, no futuro, dívidas trabalhistas e afetar o resultado

financeiro das empresas. “A legislação atual está acabando com a competitividade do país”, afirma Débora, que diz não poder revelar o nome da empresa por sigilo contratual.

No caso dessa empresa, segundo ela, o almoço é feito num refeitório no local de trabalho e a maior parte dos trabalhadores demora menos de 30 minutos para fazer a refeição. “Se o negociado no dissídio ou acordo coletivo não tem amparo na lei, talvez o melhor para muitas empresas seja não fazer nada”, afirma Débora. Para evitar questionamentos futuros, diz ela, a

legislação precisa ser atualizada e devem ser criados mecanismos para amparar acordos negociados entre as empresas e os trabalhadores.

Com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios, o presidente interino, Michel Temer, deve enviar ao Congresso Nacional, até dezembro, uma proposta de reforma trabalhista na qual pontos negociados entre empresas e empregados possam ter mais força do ponto de vista jurídico. O objetivo das medidas em estudo, segundo o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, é modernizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas sem revogar direitos dos trabalhadores.

“O que estamos propondo é a modernização da legislação trabalhista e não a flexibilização de direitos. O objetivo é atualizar e simplificar a interpretação da CLT para trazer uma fidelização no contrato. Buscamos um formato que prestigie a negociação coletiva no que diz respeito a salário e jornada de trabalho. O trabalhador é participante da economia e um consumidor em potencial”, afirma Nogueira, que vai fazer novas reuniões com representantes dos empresários e dos trabalhadores para buscar um acordo.

Em 21 de julho, após reunião em São Paulo com sindicalistas, Nogueira afirmou que o governo quer prestigiar a negociação coletiva. “Vamos definir em que pontos a convenção coletiva poderá deliberar nessa relação entre capital e trabalho, como questões de salário, carga horária e momentos de crise”. Além da modernização da CLT, o governo quer ainda regulamentar a terceirização, assunto em discussão no Congresso, e tornar permanente o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), conforme a assessoria de imprensa do Ministério do Trabalho.

“Esses pontos da reforma trabalhista são bem razoáveis e são mudanças que o país precisa já há algum tempo”, afirma o cientista político Sérgio Praça, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo. Para ele, a legislação trabalhista brasileira é muito rígida e atualizá-la pode contribuir para estimular o crescimento e gerar novos empregos com a retomada da atividade econômica. “O mundo do trabalho mudou muito desde que a CLT foi criada e as leis precisam ser adequadas à realidade atual. Momentos de crise como o que enfrentamos, com milhões de desempregados, criam um ambiente propício para discutir mudanças”, avalia Praça.

Ex-presidente do Banco Central,

problemas da economia brasileira, avalia o advogado Paulo Sérgio João, que defende regras para fortalecer a negociação coletiva nos locais de trabalho. Segundo ele, um mesmo segmento industrial comporta empresas de diferentes tamanhos e os acordos coletivos devem considerar essa realidade. “Muitas pessoas trabalham hoje a distância e, portanto, é necessária mais flexibilidade para cumprir a jornada de trabalho”, destaca o especialista na área.

“Medidas para melhorar as relações de trabalho estimulam os investimentos e reduzem custos de eventuais ações trabalhistas futuras”, ressalta o economista Juan Jensen, sócio da 4E Consultoria. Entretanto, ele destaca que o problema do Brasil hoje é principalmen-

te fiscal e a prioridade da agenda legislativa deve ser aprovar, no Congresso Nacional, medidas para ajustar as contas públicas. No entanto, diz Jensen, no processo de retomada da atividade econômica, regras mais claras no mercado de trabalho serão um fator positivo para a instalação de um

novo ciclo econômico virtuoso.

Regras mais claras são fundamentais para que empregadores e trabalhadores possam negociar ajustes nas rotinas e condições de trabalho, afirma Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI). No ano passado, quando foram feitos cerca de 18 mil acordos coletivos no país, a Justiça do Trabalho recebeu mais de 4 milhões de demandas de trabalhadores, segundo ele. “Quando falamos em valer o negociado, não estamos falando em retirar direitos trabalhistas. Queremos é modernizar a legislação”, diz o dirigente da CNI.

“Não será necessária uma revolução. O ideal é concentrar a discussão em algumas mudanças mais relevantes e buscar um consenso político.”

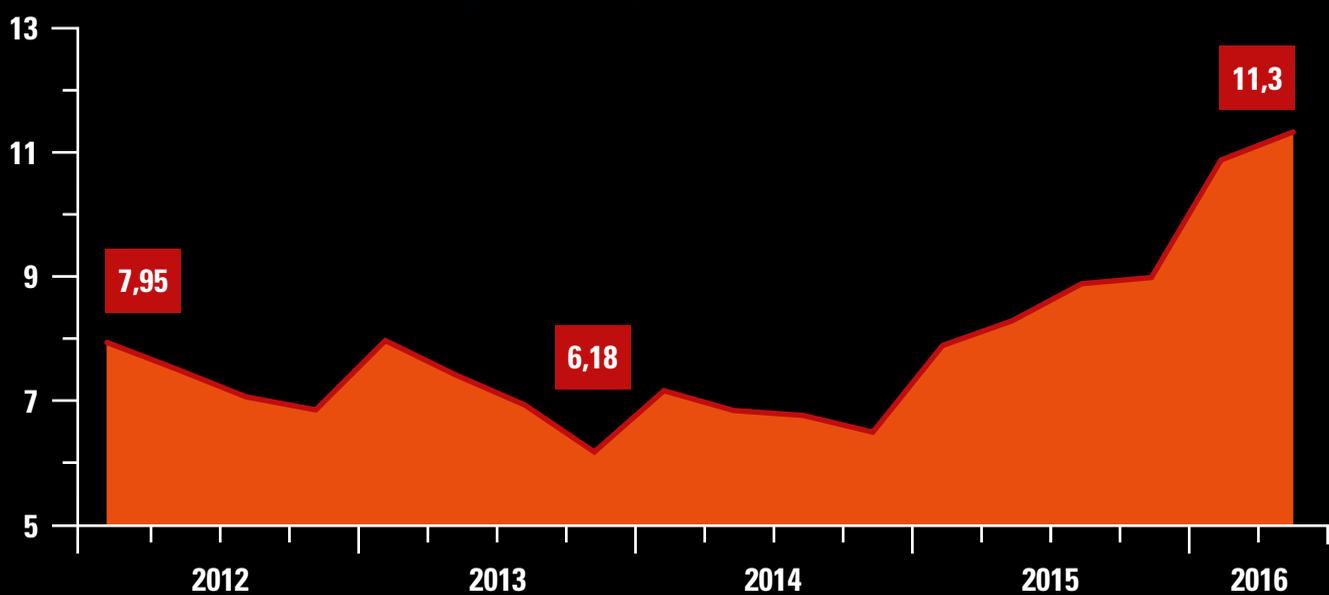
Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central e sócio da Tendências Consultoria Integrada

Gustavo Loyola, sócio da Tendências Consultoria Integrada, avalia que a reforma trabalhista é uma agenda difícil de ser levada, mas necessária para melhorar a competitividade do Brasil e criar novos empregos. “Acho que não será necessária uma revolução. O ideal é concentrar a discussão em algumas mudanças mais relevantes e buscar um consenso político”, afirma. Sem possibilidade de regras mais flexíveis, diz, “as empresas acabam fazendo ajustes em cima dos seus quadros” nos momentos de crise.

Regras mais claras darão mais segurança jurídica para as empresas, mas a reforma trabalhista não resolverá os

DESEMPREGO CONTINUA SUBINDO

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO ESTIMULARIAM A CRIAÇÃO DE VAGAS



TOCANTINS AVALIA QUALIDADE DA ENERGIA ELÉTRICA

A Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO) divulgou pesquisa sobre o fornecimento de energia elétrica e seus impactos nas indústrias. Segundo a *Sondagem Industrial – Edição Especial Energia e a Indústria no Tocantins*, respondida por 71 indústrias em 23 municípios, 74% das empresas que utilizam energia elétrica sofrem com falhas no serviço de fornecimento e 45% já tiveram prejuízos decorrentes disso. Outra incógnita importante no planejamento financeiro das empresas foi a alta no preço da energia elétrica, de até 30% em 12 meses.

Linhas de transmissão de energia em Tocantins

TEMER SE REÚNE COM REPRESENTANTES DE QUATRO ESTADOS

Representantes das federações das indústrias dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba estiveram reunidos, no dia 19 de julho, com o presidente em exercício, Michel Temer, para apresentar as demandas que têm causado maior impacto negativo no setor industrial de cada um desses estados. Questões burocráticas nas áreas trabalhistas e ambiental, especialmente no que se refere à concessão de licenças, foram alguns dos temas tratados durante o encontro.



Robson Braga de Andrade (1º à esq.) e Michel Temer (5º da esq. para a dir.) com outros participantes

Foto: Divulgação – FIES



Foto: Fernando Willadino - FIESC

Glauco José Côrte (1º à direita), presidente da FIESC, assina convênio com o Sebrae

SENAI MATO GROSSO É OURO EM MANUFATURA INTEGRADA

Os estudantes de mecatrônica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI de Rondonópolis) conquistaram as primeiras medalhas de ouro para Mato Grosso, nas seletivas para a WorldSkills, mundial de educação profissional. A disputa ocorreu em Curitiba (PR), onde foram realizadas as provas de manufatura integrada. Agora, os jovens serão treinados para representar o Brasil no mundial de profissões, marcado para 2017, em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes.



CONVÊNIO BENEFICIA MICRO E PEQUENAS EM SANTA CATARINA

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e o Sebrae/SC firmaram convênio que beneficiará 100 indústrias de micro e pequeno portes no estado. Serão investidos R\$ 2,57 milhões para ampliar a capacidade inovadora das empresas. O trabalho faz parte da primeira Chamada Nacional de Projetos dos Núcleos Estaduais de Inovação, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Inicialmente, serão beneficiados os setores têxtil e de confecção, saúde, metalurgia, metalmecânico, construção civil, alimentos e bebidas. A iniciativa também poderá ser estendida a outros segmentos.

CURSO ENSINA COMO LIDAR COM NORMAS TRABALHISTAS

Presidentes de sindicatos, empresários e gestores de recursos humanos de Rondônia puderam conhecer mais sobre as principais Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho. O curso, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO), em parceria com o Sebrae e sindicatos filiados, por meio do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), ocorreu no início de agosto e ofereceu um panorama das normas regulamentadoras que mais afetam a indústria.



GIRO GLOBAL

BDI ELOGIA SUCESSÃO NO REINO UNIDO MAS TEME RETRAÇÃO

O presidente da BDI, a federação da indústria da Alemanha, Ulrich Grillo (foto), considerou positiva a rápida sucessão no governo britânico, agora liderado pela conservadora Theresa May. "Restaurar a confiabilidade é do interesse das economias da Europa Continental e do Reino Unido", disse Grillo em pronunciamento recente, marcado pela preocupação com o dano que o Brexit pode causar às indústrias germânicas. "Estamos esperando uma queda significativa em nossas relações econômicas ao longo dos próximos meses", advertiu.



Foto: RudolfSimon / wikimedia.org

CHINA APROVA PLANO DE INOVAÇÃO PARA RETOMAR CRESCIMENTO

O governo chinês implementou um plano de inovação tecnológica para ajudar a fomentar novos mecanismos para lidar com a desaceleração da economia. "A inovação é a principal força motriz para o desenvolvimento econômico", diz um informe oficial. Confrontada com uma desaceleração prolongada, a segunda maior economia do mundo passou a contar com inovação tecnológica para fornecer uma nova dinâmica de crescimento. Também a pesquisa científica básica e de ponta será reforçada, com melhores instalações, novos centros de pesquisa, pesquisadores mais inovadores e uma melhor cooperação global, segundo o plano.

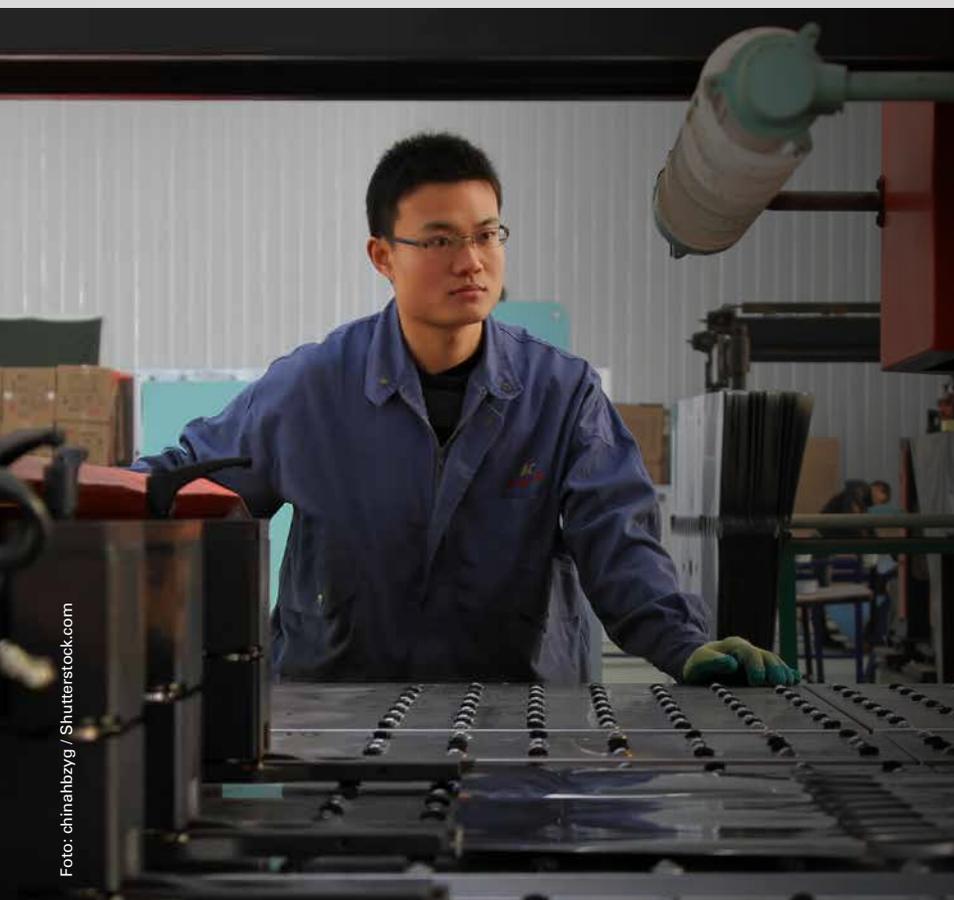


Foto: chinahbzyg / Shutterstock.com

OBAMA REAFIRMA COMPROMISSO COM PARCERIA TRANSPACÍFICO

Durante encontro com o primeiro-ministro de Cingapura, Lee Hsien Loong, na Casa Branca, o presidente norte-americano, Barack Obama, reiterou o seu compromisso de aprovar a polêmica Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês). O TPP é o maior acordo comercial da história, abrangendo 40% do PIB mundial, e encontra-se parado no Congresso americano. "A resposta não pode ser o recuo do comércio na economia global", disse Obama. "Não é possível nos fecharmos para a integração das nossas economias", declarou o presidente americano, que terá pouco tempo de mandato pela frente para cumprir sua promessa.



Foto: Filip Fuxa / Shutterstock.com

BRASIL E ARGENTINA FECHAM DOIS ACORDOS PARA FACILITAR COMÉRCIO

No começo de agosto, os governos do Brasil e da Argentina assinaram dois acordos para facilitar o comércio entre os dois principais membros do Mercosul. O primeiro cria o Certificado de Origem Digital (COD), que beneficiará os exportadores e importadores de ambos os países. Hoje, importadores e exportadores brasileiros levam de um a três dias para obter um certificado de origem, indispensável para concluir uma operação comercial. A mudança permitirá que esse documento seja obtido em 30 minutos. O segundo acordo prevê a adoção de uma plataforma digital na Argentina, similar ao Portal Único de Comércio Exterior do Brasil, criado para reduzir os prazos de processos de exportação e importação, integrando assim os dois sistemas para facilitar o comércio bilateral.

INDÚSTRIA BRITÂNICA QUER PARCEIRAS COM PAÍSES NÃO MEMBROS DA UE

A Confederação Britânica das Indústrias (CBI) registrou demanda ao governo do Reino Unido para que sejam firmadas novas parcerias com empresas de todos os setores e de todos os tamanhos com outros países que não fazem parte da União Europeia (UE). Ao mesmo tempo, a entidade pretende preservar os benefícios de uma relação estreita com os vizinhos da UE. A CBI realizou, recentemente, uma série de eventos com empresas em todas as regiões e nações do Reino Unido que estabeleceram os princípios orientadores dessas negociações.



Ives Gandra Martins Filho

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA ESTÁ DESATUALIZADA

PRESIDENTE DO TST DIZ SER BEM-VINDA A REFORMA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E LEMBRA QUE “EMPREGADOS E EMPRESÁRIOS SÃO PARCEIROS NUM EMPREENDIMENTO COMUM, EM QUE O SUCESSO DE UM É O SUCESSO DO OUTRO”

“Prestigiar a negociação coletiva, em que as novas condições de trabalho serão fixadas pelas próprias partes”, é a principal medida para atualizar a legislação trabalhista, segundo o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra da Silva Martins Filho. “Ninguém reforma uma casa para piorá-la. E também se busca a melhor época do ano para fazer a reforma. Mas se a casa está com o telhado arrebentado, é no meio da chuva mesmo que vai ser feito o serviço”, avalia o magistrado, numa referência clara à urgência de uma reforma neste momento de crise econômica. Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), Martins Filho é ministro do TST desde 1999 e, desde fevereiro, ocupa a presidência do tribunal.

É necessário modernizar a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e a legislação trabalhista para adequá-la aos novos tempos?

Tanto é necessária a atualização que, à míngua de alterações legislativas, a

Justiça do Trabalho tem dilatado direitos por meio de acentuado ativismo judiciário, mas penso que esse papel deve caber ao Poder Legislativo.

É possível fazer alguma comparação, do ponto de vista das relações trabalhistas, entre o Brasil de Getúlio Vargas e o Brasil de hoje?

De um Brasil principalmente agrícola se avançou para um Brasil industrializado, até chegarmos à era da informática, em que a modalidade do teletrabalho vem a exigir regulamentação específica. O mesmo ocorre com o fenômeno das cadeias de produção, reclamando o estabelecimento de marco regulatório específico para a terceirização.

Que alterações podem ser feitas para modernizar a legislação trabalhista?

Fundamentalmente, prestigiar a negociação coletiva, em que as novas condições de trabalho serão fixadas pelas próprias partes. O Projeto de Lei

nº 4.962/16, que tramita na Câmara dos Deputados, é exemplo de modificação tópica que já traça parâmetros concretos de flexibilização com vantagens compensatórias que dispensariam um pente fino na CLT.

Quando se fala em reforma trabalhista, os sindicatos dos trabalhadores sempre alertam para uma possível perda de direitos e os empresários destacam a necessidade de modernizar a legislação para preservar o emprego e tornar o Brasil mais competitivo. Como compatibilizar esses dois pontos de vista?

Ninguém reforma uma casa para piorá-la. E também se busca a melhor época do ano para fazer a reforma. Mas se a casa está com o telhado arrebentado, é no meio da chuva mesmo que vai ser feito o serviço. A crise econômica afeta tanto empregados quanto empresas. Assim, é o momento de se fazer, urgentemente, uma reforma, para melhorar o



Foto: Secom-TST

Ives Gandra diz que é preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre salários justos e retribuição às empresas

sistema protetivo, de modo que a proteção seja real e não apenas fictícia.

Como o senhor avalia a decisão do governo Temer de enviar uma proposta de reforma trabalhista ao Congresso Nacional?

Louvo a iniciativa e espero que tenha sucesso, vencendo preconceitos que não se justificam, uma vez conhecidas e debatidas as propostas.

Muitas empresas já firmaram acordos coletivos nos quais houve redução do horário de almoço com consequente diminuição da jornada diária de trabalho, mas suspenderam o acordo depois que trabalhadores demitidos recorreram à Justiça pedindo indenização porque não tinham uma hora de almoço. Como o senhor vê isso?

Depois da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal em precedente reformando decisão do TST sobre a flexibilização de normas trabalhistas, a rigor

não seria sequer necessária reforma para prestigiar a negociação coletiva. Bastaria a disciplina judiciária à orientação do STF.

Outro ponto muito polêmico é a regulamentação da terceirização. Qual a sua opinião sobre o tema?

Não dá mais para continuarmos tendo como único marco regulatório da terceirização uma súmula do TST. É preciso uma norma mais detalhada, que abranja também o setor público, impeça abusos e não exija que fiscais do trabalho se tornem juízes, na interpretação da jurisprudência do TST.

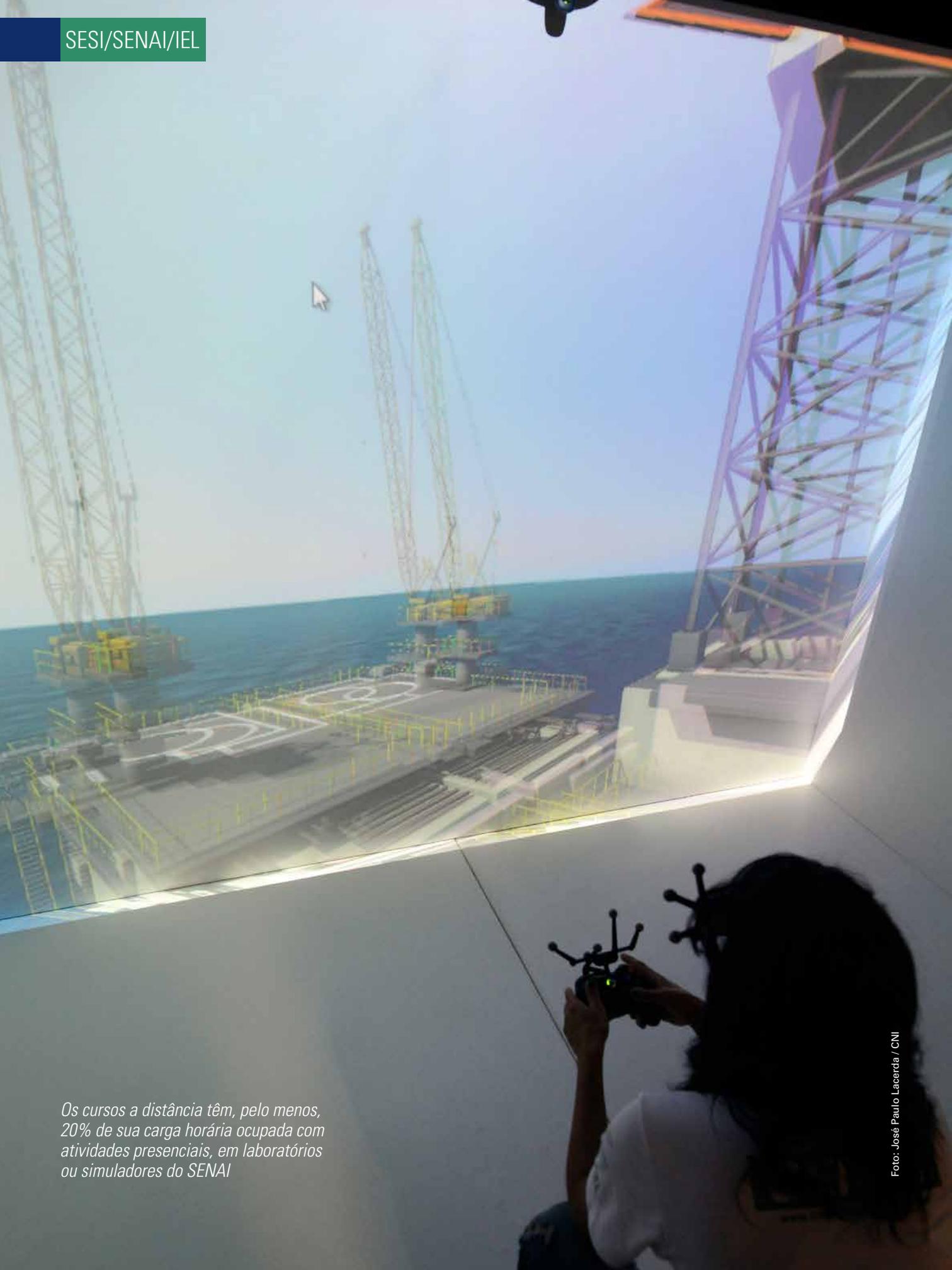
Num momento de crise como o atual, com o desemprego em 11%, o senhor acha possível o país chegar a um consenso sobre a reforma trabalhista?

Sempre acredito na capacidade de se chegar a consensos, quando o que todos buscamos é a harmonização das relações trabalhistas. Em dois anos de

vice-presidente do TST consegui, em plena crise econômica, firmar acordos em que, em face de reajustes salariais abaixo da inflação, as empresas concederam vantagens compensatórias que atraíram os trabalhadores. Por que o mesmo não pode ser conseguido mais amplamente?

Hoje, quais são os principais riscos e desafios para o Direito do Trabalho?

Manter uma legislação antiga desatualizada, com interpretação rígida a favor do trabalhador e flexível para ampliar-lhe direitos. É preciso encontrar o ponto de equilíbrio que, na dicção do artigo 766 da CLT, assegure justos salários aos trabalhadores e justa retribuição às empresas. Qualquer fórmula que faça a balança da Justiça pender principalmente para um lado só acirrará o conflito social. E isso ninguém deseja pois, no meu modo de ver, empregados e empresários são parceiros num empreendimento comum, em que o sucesso de um é o sucesso do outro.



Os cursos a distância têm, pelo menos, 20% de sua carga horária ocupada com atividades presenciais, em laboratórios ou simuladores do SENAI

SENAI AMPLIA OFERTA DE CAPACITAÇÃO COM CURSOS A DISTÂNCIA

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL OFERECE 60 CURSOS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA COM CARGA HORÁRIA ENTRE 220 E 1200 HORAS

Adquirir conhecimento para se recolocar no mercado de trabalho ou ter uma promoção no emprego. Em tempos de desemprego em alta, sai na frente quem busca qualificação. Para ampliar a oferta de capacitação técnica, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) disponibiliza cursos a distância para diversos níveis de escolaridade.

São 60 cursos de qualificação profissional voltados para maiores de 15 anos de idade, com qualquer formação escolar, específicos para determinadas áreas e com carga horária média de 220 horas, ou 3 meses. Há ainda outros 29 cursos técnicos de nível médio, com carga horária aproximada de 1200 horas, ou um ano e meio de duração.

O gerente de Educação Profissional Tecnológica do SENAI, Felipe Morgado, explica que muitos cursos presenciais são adaptados ao ensino a distância para acompanhar a expansão e a

demanda da indústria. As aulas estimulam competências, habilidades, atitudes e conhecimentos do aluno. “Todo o desenho curricular é pensado para trazer o estudante para o mundo do mercado de trabalho”, afirma Morgado.

Segundo ele, apenas 17% das pessoas que terminam o ensino médio ingressam em uma faculdade. Além disso, somente 11% fazem o ensino médio com algum curso de educação profissional. Para o gerente do SENAI, há um problema sério na matriz educacional brasileira. “Por isso, precisamos ampliar a oferta de educação profissional no país”, acredita.

Para definir os cursos que serão oferecidos a distância, o SENAI identifica, no mercado, as maiores demandas por profissionais e faz prospecção dos cenários. Em 2013, quando começou a oferecer os cursos de qualificação profissional e técnicos de ensino médio a distância, o SENAI recebeu cerca de 13,3 mil matrículas. No ano seguinte, o número aumentou

para cerca de 18 mil e, em 2015, foram 20,2 mil pessoas matriculadas.

Estatísticas coletadas pelo SENAI revelam que 69% das matrículas são feitas por homens, 67% dos alunos são adultos e 68% pessoas com idade superior a 19 anos. Cerca de 65% dos que concluem um curso do SENAI estão no mercado de trabalho um ano após terminar as aulas. “A avaliação feita pelos participantes de EAD é superior à média dos cursos presenciais. Isso significa que ambos possuem a mesma qualidade”, compara Morgado.

Ainda que seja um curso a distância, pelo menos 20% da carga horária ocorre presencialmente, pois são realizadas tarefas em laboratórios e simuladores. Com frequência, usam-se recursos em ambiente virtual para exercícios, vídeos explicativos, figuras ilustrativas e realidade aumentada. Cerca de R\$ 45 milhões já foram investidos pelo SENAI no desenvolvimento de cursos a distância.



CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO:

29 cursos
1 ano e meio de duração
Preço médio: R\$ 4 mil



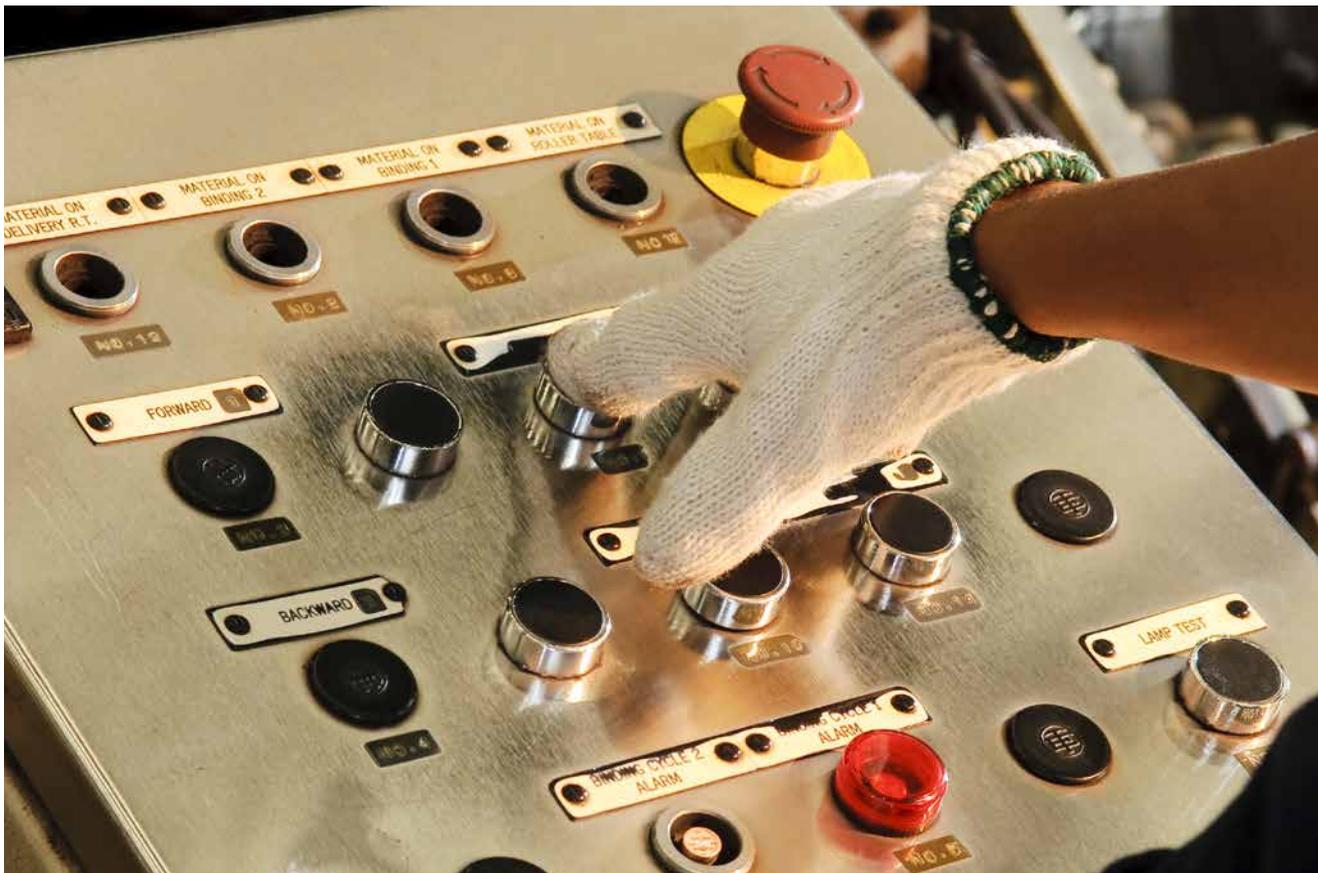
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

60 cursos
3 meses de duração
Preço: de R\$ 350,00 a R\$ 800,00

Foto: Elcio Paraiso / CNI

QUANDO SAIR, APAGUE A LUZ

INSTITUTOS SENAI DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA AUXILIAM INDÚSTRIAS A OTIMIZAR O USO DE ENERGIA ELÉTRICA E REDUZIR A CONTA NO FIM DO MÊS



Mesmo em standby, máquinas podem consumir energia que deveria ser utilizada na produção

Reduzir custos é uma preocupação premente de todo empresário brasileiro. Ainda mais em tempos de crise econômica, com cenário de redução do consumo, desemprego crescente e alta no valor dos insumos. Para fechar essa conta, muitos empresários têm se preocupado em diminuir a conta de energia elétrica, em alta nos últimos tempos devido aos reajustes frequentes de tarifa.

Para auxiliar os industriais nesse processo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por meio dos Institutos SENAI de Inovação e Tecnologia, tem oferecido ferramentas de

incremento da eficiência energética nas fábricas, com foco na redução do desperdício e do custo e no aumento da produtividade. A iniciativa tem reduzido essa conta em até 30% em algumas empresas.

O gerente-executivo de Inovação e Tecnologia do SENAI, Marcelo Prim, diz que um terço de toda a energia gerada no Brasil é usada pelo setor industrial. Dessa forma, quanto mais a indústria produzir utilizando menos energia, melhor para o empreendimento e para o meio ambiente.

Segundo Prim, os consultores dos institutos fazem um mapeamento do

fluxo produtivo da empresa e realizam um diagnóstico, indicando a melhor solução para cada caso. “Se uma máquina fica no modo *standby* por muito tempo, isso é energia desperdiçada que poderia ser usada para algo produtivo”, ilustra.

Os institutos de tecnologia do SENAI atendem a um número maior de empresas com técnicas mais disseminadas. Já os institutos de inovação atuam com soluções que demandam conhecimento mais especializado em gestão de dados, inteligência artificial, pesquisa e desenvolvimento, e – naturalmente – inovação.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/confedera-o-nacional-da-ind-stria-cni->

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/instituto-euvaldo-lodi>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA